



ACTA Nº 20

ACTA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA NO DIA 20 DE OUTUBRO DE 2011: - - - - -

----- Aos vinte dias do mês de Outubro do ano dois mil e onze, nesta cidade de Viana do Castelo e na sala da Assembleia Municipal sita no edifício da Câmara Municipal, realizou-se uma reunião da Comissão Permanente sob a presidência de Maria Flora Moreira da Silva Passos Silva, Presidente da Assembleia Municipal e a presença dos Deputados Municipais Ana Maria Ribeiro Novo Antunes (PS), Eduardo Paço Viana (PSD), José Carlos Freitas (CDS/PP), Luis Louro (BE), Antonio Silva (CDU) e Carlos Torres (P.J.I). Secretariou a Coordenadora Técnica da Secção de Actas e Apoio aos Órgãos Autárquicos, Georgina Maria Ferreira Marques. Pelas dezoito horas foi declarada aberta a reunião. -----

(01) ESTALEIROS NAVAIS DE VIANA DO CASTELO - POSIÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL FACE AO GOVERNO REGIONAL DOS

AÇORES:- Dando início aos trabalhos, a Presidente da Assembleia no seguimento da proposta apresentada na sessão da Assembleia Municipal realizada em 30 de Setembro último, deu a palavra a todos os deputados presentes que teceram diversas considerações sobre o assunto. Pelo deputado Eduardo Viana foi distribuída cópia do ofício do Secretário de Estado da Defesa Nacional remetido ao Governo dos Açores, que se anexa. O deputado Antonio Silva deu conhecimento que o deputado Martinho Cerqueira se propôs elaborar um texto base, tendo em

Mandato 2009-2013

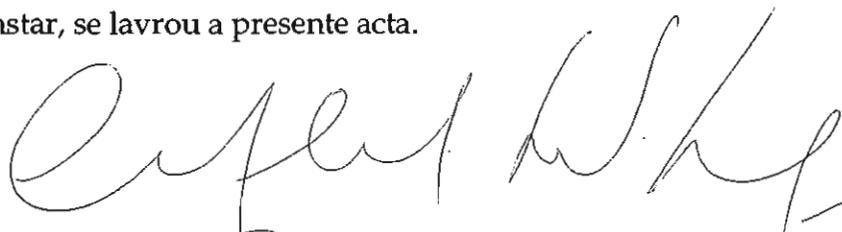
consideração a sua ligação a todo este processo. A Comissão deliberou aceitar a proposta apresentada pelo deputado Antonio Silva remetendo-se email desta deliberação do deputado Martinho Cerqueira solicitando ainda que a proposta de texto seja enviado a todos os elementos desta Comissão via email por forma a poder por eles ser analisada e sugeridas alterações tendo ainda ficado designado o próximo dia 27 de Outubro pelas 18 horas para nova reunião desta Comissão se for considerado necessário uma discussão mais profunda sobre a proposta de texto. Esta deliberação foi tomada por unanimidade, estando presentes a Presidente da Assembleia e os deputados municipais Ana Novo (PS), Eduardo Viana (PSD), Luis Louro (BE), Antonio Silva (CDU), José Carlos Freitas (CDS-PP), Carlos Torres. (JFI).

(02) COMISSÃO DA REFORMA DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL:- Pelos membros da Comissão Permanente foi abordada a questão da indicação dos seus representantes na Comissão de Trabalho pela Câmara Municipal de Viana do Castelo no âmbito da reforma administrativa em curso. Da discussão resultaram duvidas sobre qual o objecto desta Comissão nomeadamente se o seu objecto consiste em elaborar uma proposta de agregação de freguesias no concelho de Viana do Castelo que servirá como documento base para a discussão publica que irá ocorrer sobre esta matéria, conforme resulta da proposta aprovada pelo Executivo Municipal ou se é uma mera Comissão de Acompanhamento da Legislação e tomada de posições que sobre a matéria vá ocorrendo, pelo que foi deliberado enviar ao Executivo Municipal um oficio solicitando um esclarecimento sobre as duvidas suscitadas. Deliberou ainda a Comissão Permanente enviar ao Sr. Presidente da Câmara Municipal uma proposta de

Mandato 2009-2013

recomendação no sentido de que na composição da referida Comissão, nomeadamente na indicação dos representantes dos Presidentes das Juntas se tenha em atenção a representatividade dos dois maiores Partidos do concelho. Esta deliberação foi tomada por unanimidade, estando presentes a Presidente da Assembleia e os deputados municipais Ana Novo (PS), Eduardo Viana (PSD), Luis Louro (BE), Antonio Silva (CDU), José Carlos Freitas (CDS-PP), Carlos Torres. (JFI).

(03) ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:- E, nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa, pelas dezanove horas, declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente acta.



Georgi-Yuan

Lisboa, em 29 de Setembro de 2011

Exm^o Senhor

Secretário Regional da Economia do

Governo Regional dos Açores

Como é do conhecimento de V. Ex^ã, a situação dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo (ENVC) está a ser estudada e analisada pela sua Administração, no sentido de apresentar ao Governo uma solução para o futuro da Empresa.

Considerando o objecto dos ENVC, é do superior interesse da Empresa, dos seus trabalhadores e do País poder assegurar a sua participação em concursos que tenham por objecto a construção de navios.

Essas oportunidades de negócio assumem importância relevante para a Empresa, considerando o impacto positivo que podem ter na sua situação económico-financeira, devendo por isso ser consideradas de interesse regional e nacional.

Contudo, e num procedimento que infelizmente é já recorrente, a empresa Atlânticoline, SA repete o lançamento de concursos para a construção de navios cujos requisitos inviabilizam, pura e simplesmente, a possibilidade de os ENVC, mas também de qualquer empresa nacional, a eles concorrer.

Esta situação, que é contrária a princípios de solidariedade nacional e regional, prejudica, objectivamente, como V. Ex^ã bem compreenderá, a economia e o tecido empresarial e tecnológico portugueses, impossibilitando as nossas empresas de concorrerem a tais concursos e, desta forma, reforçar o seu know-how e criar condições para a sua crescente participação externa em condições idênticas às suas congéneres internacionais.

Afastando-se a apresentação de considerações técnicas sobre as especificações constantes do respectivo caderno de encargos por se tratar de matéria do foro estritamente empresarial, entende-se como discutível a decisão de limitar a participação de empresas de cuja experiência não conste, designadamente, a construção e entrega, nos últimos 3 anos, de pelo menos 2 navios monocasco, com comprimento de fora a fora mínimo de 30 metros, no valor unitário igual ou superior a €7.000.000,00.

Tratando-se a limitação referida apenas e só da necessidade de obtenção de uma garantia de capacidade de construção entendida como necessária, facilmente se permite concluir, *ab initio*, pela exclusão das empresas nacionais operando neste sector. Por certo que outras formas existiriam de assegurar a garantia pretendida.

Conhecendo-se o difícil momento que o País e as suas empresas atravessam, parece, pois, razoável que maior ponderação e critérios de salvaguarda do interesse nacional fossem assegurados, desde logo pela empenhada contribuição de todos para um mesmo objectivo nacional comum.

Certo de que acompanhará a preocupação que aqui expresseo, solicito a V. Ex^ã sejam desenvolvidas as iniciativas entendidas por convenientes, que permitam eliminar a restrição, a nosso ver injustamente, introduzida nestes concursos, bem como assegurar a sua não repetição futura, assim contribuindo para a manutenção e desenvolvimento de tão importante indústria nacional.

Com os melhores cumprimentos,

O SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO E DA DEFESA NACIONAL

A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized initial 'P' followed by the name 'Braga Lino' in a cursive script. The signature is written over a horizontal line.

PAULO BRAGA LINO